

Farsul presta informações à comissão especial

Os trabalhos no Rio Grande do Sul da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana começaram no dia 9 de setembro, com audiência na Assembléia Legislativa. O encontro foi seguido de reunião na sede da Farsul, em Porto Alegre. Criado em Brasília, no mês passado, o grupo investiga a criminalização de movimentos sociais no Rio Grande do Sul a partir de iniciativas do Ministério Público Estadual (MPE), decisões do Judiciário e ações da Brigada Militar. A comissão é ligada ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Durante o encontro realizado na Farsul, o presidente Carlos Sperotto afirmou que não existem terras improdutivas no Rio Grande do Sul e que não há violência envolvendo a ques-

tão fundiária. “Existe autoridade e crença na segurança pública”, justificou.

Para Sperotto, o Brasil possui áreas disponíveis em outros estados onde poderiam ser feitos assentamentos. “Enquanto o Brasil tem 71 milhões de hectares disponíveis, os movimentos sociais já receberam 77 milhões de hectares para assentados que são mantidos com cestas básicas do governo e não têm produção reconhecida. Por isso, a Farsul não pode se unir ao projeto de reforma agrária, que está fora da realidade”, ressaltou. Ele alertou que a Farsul não interfere na vontade de quem quer vender terra, mas relatou que os produtores ficam em pânico diante da possibilidade de ter vizinhos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “O In-cra só estimula a balbúrdia acolhendo acampados em assentamentos”, declarou. Sperotto



Sperotto (na cabeceira) destacou inexistência de áreas improdutivas encerrou dizendo que o governo Yeda Crusius cumpre as regras do estado de direito.

O assessor jurídico da Farsul, Nestor Hein, criticou a falta de personalidade jurídica do MST, que não pode ser responsabilizado pelas ações realizadas, e a insistência do movimento em invadir as fazendas da família Guerra, em Coqueiros do Sul, considerada produtiva, e Southall, em São Gabriel, que teve o decreto de desapropria-

ção negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Hein destacou o comportamento exemplar do governo do Estado nas ações de reintegração de posse e criticou o ensino segregado das escolas do MST.

O ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, considerou equivocada a posição do MPE contra as marchas dos sem-terra e dos produtores e a determinação de pôr fim a acampamentos em pro-

priedades cedidas ao MST. Ele concordou que não há terras improdutivas no Estado e pediu que a Farsul ajude a encontrar áreas para desapropriar ou vender para fins de reforma agrária.

O ouvidor agrário do Estado, Adão Paiani, disse que a intenção do encontro foi dar voz à Farsul e aos produtores rurais para apresentarem a versão da entidade dos fatos que envolvem as ações do MST no Estado. A reunião foi coordenada pelo vice-presidente da comissão, Percílio de Sousa Lima Neto. O relator da comissão, Fernando Mattos, considerou o encontro a abertura do diálogo. “Estamos aqui em busca de informações. O papel da comissão é analisar o processo de criminalização dos movimentos sociais e propor alternativas e sugestões. As informações serão levadas ao conteúdo do relatório final.”

Suinocultor deve adequar instalações à legislação

A suinocultura está entre as dez principais atividades agrícolas do Rio Grande do Sul em valor bruto da produção. Além disso, é a fonte de renda de mais de 10 mil produtores gaúchos. No entanto, é necessário que haja adequação das instalações à legislação, com vistas a reduzir o impacto ambiental e à manutenção da atividade.

O presidente da Comissão de Suinocultura da Farsul, João Picoli, recomenda aos produtores que façam

um diagnóstico da situação ambiental de sua propriedade, uma vez que a suinocultura gera grande volume de dejetos e resíduos.

Segundo Picoli, um programa de nutrição e manejo de ração podem minimizar a excreção de nutrientes e resíduos pelos animais na propriedade. Melhorias nos bebedouros e reaproveitamento de água na limpeza das instalações também devem reduzir o consumo do líquido pelos suínos.

A projeção para o ano, conforme Picoli, é de crescimento de 10% na produção gaúcha de suínos, resultado do aumento do consumo interno e do crescimento das exportações. Em 2007, o consumo de carne suína do Brasil superou os 13 quilos per capita. Apesar do aumento, o mercado nacional ainda tem grande potencial de crescimento, aproximando-se de países europeus, onde chega a 76 quilos per capita ao ano.

Valor bruto de produção do agronegócio

1º	Soja	R\$ 4.627.893.020,00
2º	Aves	R\$ 3.458.406.436,00
3º	Arroz	R\$ 2.537.296.480,00
4º	Fumo	R\$ 2.247.932.520,00
5º	Milho	R\$ 1.730.476.690,00
6º	Bovinos	R\$ 1.676.928.600,00
7º	Suínos	R\$ 1.250.144.786,00
8º	Mandioca	R\$ 761.743.920,00
9º	Uva	R\$ 723.638.860,00
10º	Trigo	R\$ 620.031.600,00

Preparo perfeito do solo + excelente irrigação = produtividade.

Taipadeira Base Larga

Para talpas suaves e sem leveiros. Rolo com perfil alongado e arredondado que permite a passagem do trator e da plantadeira, sem prejuízos ao plantio.



Plaina Niveladora Multilâminas

Um projeto pioneiro com exclusivo conjunto de lâminas que em uma única operação faz duplo serviço: preparo mínimo do solo e aplainamento. Disponível em seis modelos conforme a potência do trator.



Bomba Centrífuga

Indicada para irrigação por inundação em lavouras de arroz, para esgotar ou encher açudes, drenagem de banhados, transferência de grandes volumes d'água.



J. Adams